



EDP Smart Energia Ltda.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
EDP Smart Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Smart Energia Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



EDP Smart Energia Ltda.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de



EDP Smart Energia Ltda.

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA, 7827862504
CPF: 7827862504
Signed Time: 25 February 2025 | 15:08 BRT
© ICP-Brasil. OUI: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
© BSI
Número: AC SERASA RFB v3

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

EDP SMART ENERGIA LTDA.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.655	14.296
Consumidores e concessionárias	5	82.292	49.638
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	6.053	2.934
Outros tributos compensáveis	6	5.797	4.403
PIS e COFINS diferidos	7	17.776	31.828
Cauções e depósitos vinculados	8	606	1.816
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10	229.474	382.945
Outros créditos	11	24	925
Total do Ativo Circulante		372.677	488.785
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	7	14.892	27.287
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10	231.598	356.788
		246.490	384.075
Imobilizado	12	81	726
Intangível	13	477	195
		558	921
Total do Ativo Não circulante		247.048	384.996
TOTAL DO ATIVO		619.725	873.781
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	14	74.906	49.519
Outros tributos a recolher	6	12.217	8.612
PIS e COFINS diferidos	7	21.226	35.422
Dividendos	15	5.279	7.524
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10	192.171	344.090
Outras contas a pagar	11	15.533	1.876
Total do Passivo Circulante		321.332	447.043
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	7	21.422	33.003
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	32.750	29.975
Provisões	16	1	1
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10	160.991	294.995
Outras contas a pagar	11	295	964
Total do Passivo Não circulante		215.459	358.938
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	54.704	23.704
Reservas de lucros	17.3	28.230	44.096
Total do Patrimônio líquido		82.934	67.800
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		619.725	873.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2024	2023
Receitas	18	842.547	572.252
Custos	19		
Custo do serviço de energia elétrica		(790.609)	(512.862)
Custo de operação		(11.153)	(9.317)
		<u>(801.762)</u>	<u>(522.179)</u>
Lucro bruto		<u>40.785</u>	<u>50.073</u>
Despesas e Receitas operacionais	19		
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(1.210)	(454)
Despesas gerais e administrativas		(13.113)	(6.677)
		<u>(14.323)</u>	<u>(7.131)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>26.462</u>	<u>42.942</u>
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		3.830	3.123
Despesas financeiras		(991)	(143)
		<u>2.839</u>	<u>2.980</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		<u>29.301</u>	<u>45.922</u>
Tributos sobre o lucro	21		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.412)	(2.175)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.775)	(12.065)
		<u>(8.187)</u>	<u>(14.240)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>21.114</u></u>	<u><u>31.682</u></u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas	22		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,38597	1,33657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	21.114	31.682
Resultado abrangente do exercício	<u><u>21.114</u></u>	<u><u>31.682</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.556	15.748	21.956	58.260
Aumento de capital - 16 ACS 27/12/2023	3.148	(3.148)		-
Reserva de retenção de lucros - 15 ACS 28/04/2023		21.956	(21.956)	-
Reversão de reserva para destinação de dividendos - 16 ACS 27/12/2023		(14.000)		(14.000)
Lucro líquido do exercício			31.682	31.682
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		1.584	(1.584)	-
Reserva de retenção de lucros		21.956	(21.956)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(4.118)	(4.118)
Dividendo adicional aprovado			(4.024)	(4.024)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.704	44.096	-	67.800
	Capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.704	44.096	-	67.800
Aumento de capital	31.000	(31.000)		-
Lucro líquido do exercício			21.114	21.114
Destinação do lucro				
Dividendos intermediários (JSCP)			(4.678)	(4.678)
Dividendo obrigatórios			(1.302)	(1.302)
Dividendos adicionais propostos		15.134	(15.134)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	54.704	28.230	-	82.934

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		29.301	45.922
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		670	3.380
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		1.210	454
Depreciações e amortizações		110	152
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		(116)	106
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			(12)
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo		(7.262)	(36.541)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(156)	(212)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(490)	(116)
		<u>23.267</u>	<u>13.133</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Consumidores e concessionárias		(33.864)	(10.946)
Outros tributos compensáveis		(85.638)	(56.401)
Cauções e depósitos vinculados		1.366	128
Outros ativos operacionais		901	(301)
		<u>(117.235)</u>	<u>(67.520)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores			13.322
Passivos financeiros setoriais		25.387	
Outros tributos a recolher		85.984	58.049
Outros passivos operacionais		13.909	176
		<u>125.280</u>	<u>71.547</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		<u>31.312</u>	<u>17.160</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.878)	(2.530)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		<u>24.434</u>	<u>14.630</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(394)	(130)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
		<u>(394)</u>	<u>(130)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(7.524)	(15.171)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(157)	(165)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	24.1	<u>(7.681)</u>	<u>(15.336)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>16.359</u>	<u>(836)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		30.655	14.296
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.296	15.132
		<u>16.359</u>	<u>(836)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	2024	2023
Geração do valor adicionado	1.050.113	709.196
Receita operacional	1.050.929	709.520
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(1.210)	(454)
Receita relativa à construção de ativos próprios	394	130
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(885.670)	(573.702)
Custos da energia comprada	(871.146)	(565.118)
Materiais	(68)	(12)
Serviços de terceiros	(14.254)	(8.039)
Outros custos operacionais	(202)	(533)
Valor adicionado bruto	164.443	135.494
Retenções		
Depreciações e amortizações	(110)	(119)
Valor adicionado líquido produzido	164.333	135.375
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.023	3.352
Valor adicionado total a distribuir	168.356	138.727
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.964	4.994
Benefícios	1.207	1.123
FGTS	755	344
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	11.412	19.062
Estaduais	125.539	81.044
Municipais	308	261
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	991	143
Aluguéis	66	74
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	4.678	4.118
Dividendos	1.302	4.024
	153.222	115.187
Lucros retidos	15.134	23.540
	168.356	138.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****1 Contexto operacional**

A EDP Smart Energia Ltda. (Empresa ou EDP Smart Energia) é sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 30 de junho de 2017 e tem como objeto social: (i) comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores com liberdade de escolha ou agentes autorizados; (ii) compra e venda de energia em diversas formas e mercados especializados; (iii) desenvolvimento de atividades e prestação de serviços necessárias à comercialização de energia, incluindo aspectos físicos, operacionais e financeiros, com foco na criação de negócios e contratos; (iv) gerenciamento de riscos nas atividades de comercialização, geração e distribuição de energia, por meio de contratos e operações financeiras; (v) prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica a consumidores de energia e outros clientes, tanto no Brasil quanto no exterior; (vi) realização de parcerias comerciais; (vii) participação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e em outras entidades do setor; e (viii) participação em outras sociedades, tanto no Brasil quanto no exterior.

Em 17 de outubro de 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou a Empresa a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme despacho nº 2.379. A Empresa tem autorização para atuar como Comercializador varejista e Comercializador livre.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Empresa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2025.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 5.3); Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 16.1); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado (Nota 12); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Empresa é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Empresa identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

A Empresa monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



2.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
O CPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (<i>funding</i>) Mínimo e sua Interação	Esta Interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta Interpretação, os requisitos de custeio (<i>funding</i>) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (<i>funding</i>) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpretação	01/01/2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguro.	Não há	Pronunciamento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronunciamento	01/07/2024

A Administração da Empresa avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
O CPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtópicos: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Empresa está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Aumento de capital

A Empresa aprovou em Alteração e Consolidação do Contrato Social - ACS realizada em 30 de dezembro de 2024, o aumento de seu capital social dos atuais R\$23.704 para R\$54.704, sendo este aumento no valor de R\$31.000 integralizado naquela data, mediante emissão de 31.000 novas cotas, mediante a capitalização do saldo da Reserva de Lucros da Sociedade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento		2.463	1.601
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.1	9.958	3.084
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	4.2	18.234	9.611
		28.192	12.695
Total		30.655	14.296

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Empresa são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 31 de dezembro de 2024 as aplicações financeiras da Empresa estão remuneradas a taxas variam entre 100,25% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas à taxa de 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Consumidores e Concessionárias

Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

Parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais, sendo as condições de pagamento livremente negociadas entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

	Nota	Valores Correntes						Saldo líquido em 31/12/2024	Saldo líquido em 31/12/2023
		A vencer			Vencidas				
		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	PECLD (Nota 5.3)		
Consumidores									
Clientes livres	5.1	78.718	1.655	69	67	273	(273)	80.509	48.956
		78.718	1.655	69	67	273	(273)	80.509	48.956
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica						206	(206)	-	263
						206	(206)	-	263
Clientes									
Outros clientes	5.2	1.709	46	16	12	1.206	(1.206)	1.783	419
Total		1.709	46	16	12	1.206	(1.206)	1.783	419
Total Circulante		80.427	1.701	85	79	1.685	(1.685)	82.292	49.638

5.1 Clientes livres

A variação na rubrica refere-se, principalmente, ao aumento no volume de energia comercializada no Ambiente de Comercialização Livre. A Empresa tem realizado operações por meio de contratos de comercialização com clientes finais no ACL, aumentando assim a composição de sua carteira de clientes e contratos.

5.2 Outros clientes

O saldo da rubrica Outros clientes refere-se aos serviços prestados, sendo que a variação observada é atribuída ao aumento na carteira de clientes livres.

5.3 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Empresa avaliou seus históricos de recebimentos relacionados aos Consumidores e Concessionárias de 3 exercícios e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Para os contratos sem garantia financeira a Empresa, com base nos estudos realizados, determinou o percentual de perdas esperadas de 1,17% quando do reconhecimento inicial dos recebíveis. Este percentual de perdas será revisado anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Em relação aos montantes a receber de energia de curto prazo, estes são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, a Empresa não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

Segue abaixo a movimentação do exercício:

	Saldo em 31/12/2023	Revisão de risco PECLD	Resultado de perdas	Saldo em 31/12/2024
Consumidores				
Clientes livres	(148)	(125)		(273)
	(148)	(125)	-	(273)
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica		(206)		(206)
	-	(206)	-	(206)
Clientes				
Outros clientes	(402)	(879)	75	(1.206)
	(402)	(879)	75	(1.206)
Total Circulante	(550)	(1.210)	75	(1.685)

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		2.934		437	6.235	(119)	(3.434)	6.053
Total Circulante		2.934	-	437	6.235	(119)	(3.434)	6.053
Outros tributos compensáveis								
ICMS		140	554		1.134	(1.023)	112	917
PIS e COFINS		3.769	81.051	62	(73)	(9)	(81.393)	3.407
IRRF sobre aplicações financeiras		280	528				(535)	273
IR/CS retidos sobre faturamento		214	184				(218)	180
Outros		-	2.260				(1.240)	1.020
Total Circulante		4.403	84.577	62	1.061	(1.032)	(83.274)	5.797
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	5.412		(643)		(4.769)	-
Total Circulante		-	5.412	-	(643)	-	(4.769)	-
Outros tributos a recolher								
ICMS	6.2	7.141	125.549	7	(122.497)	(1.023)	113	9.290
PIS e COFINS	6.1	-	82.052				(82.052)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		731	814		(349)			1.196
IRRF sobre juros s/ capital próprio	15	618	702		(490)	(128)		702
Encargos com pessoal		97	2.317	2	(1.418)			998
Outros		25	31		(25)			31
Total Circulante		8.612	211.465	9	(124.779)	(1.151)	(81.939)	12.217

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Empresa liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 PIS e COFINS

A variação na rubrica refere-se a créditos sobre aquisição de materiais e serviços que foram utilizados para compensação do PIS/COFINS do passivo.

6.2 ICMS - Passivo a recolher

A variação na rubrica refere-se ao imposto calculado e pago sobre a venda de mercadorias realizadas durante o exercício.

7 Tributos diferidos

	Nota	Ativo				Passivo			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS	7.1	17.776	31.828	14.892	27.287	21.226	35.422	21.422	33.003
Imposto de renda e contribuição social	7.2							32.750	29.975
		17.776	31.828	14.892	27.287	21.226	35.422	54.172	62.978

7.1 PIS e COFINS

O montante refere-se aos tributos diferidos reconhecidos em razão do reconhecimento dos Compromissos futuros - Instrumento Financeiro

7.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.2.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Natureza dos créditos						
Prejuízos Fiscais		628			(628)	(706)
Base Negativa da Contribuição Social		226			(226)	(254)
	-	854	-	-	(854)	(960)
Diferenças Temporárias						
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	550	164			386	154
Provisão para riscos tributários, civeis e trabalhistas						(4)
Compromissos futuros	120.075	217.289	156.765	251.510	(2.469)	(12.425)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	2	307	6	244	(67)	21
Outras	3.394	3.165			229	1.149
Total diferenças temporárias	124.021	220.925	156.771	251.754	(1.921)	(11.105)
Total bruto	124.021	221.779	156.771	251.754	(2.775)	(12.065)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(124.021)	(221.779)	(124.021)	(221.779)		
Total	-	-	32.750	29.975		

7.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Administração da Empresa elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2025	2026	2027	2028	2029	Total Não circulante
24.969	24.969	24.694	24.694	24.695	124.021

8 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Valor líquido em			Valor líquido em	
		31/12/2023	Adição	Atualização	Resgate	31/12/2024
Cauções	8.1	1.816	2.664	156	(4.030)	606
Total circulante		1.816	2.664	156	(4.030)	606

8.1 Cauções

Referem-se ao limite operacional da CCEE, no qual o valor é aplicado automaticamente pelo banco para cobrir o pagamento referente à reserva de energia.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Duração	Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)		
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	
Consumidores e concessionárias (Nota 5)													
Venda de Energia Elétrica													
EDP Trading	Controle comum	01/01/2024 a 31/12/2024										16.375	34.078
EDP Smart Serviços	Controle comum	01/04/2021 a 31/12/2024	14	12								188	113
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2022 a 31/12/2024		255									2.155
Prestação de serviço													
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2018 a 31/12/2023											22
			14	267	-	-	-	-	-	-	-	16.563	36.368
Fornecedores (Nota 14)													
Suprimento de energia elétrica													
EDP Trading	Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2024					71.505	42.682				(839.661)	(539.285)
			-	-	-	-	71.505	42.682	-	-	-	(839.661)	(539.285)
Compromissos futuros													
EDP Smart Serviços	Controle comum	01/04/2021 a 31/12/2023	23	46								(23)	36
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2022 a 31/12/2024		1.356									(1.175)
EDP Trading	Controle comum	01/12/2021 a 31/12/2028	311		126.772	22.980	145.231	342.963	13.168	227.233	515.900	2.476	2.476
			334	1.402	126.772	22.980	145.231	342.963	13.168	227.233	515.877	1.337	1.337
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)													
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2026											(363)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (a)													
EDP São Paulo	Controle comum	01/12/2015 a 31/12/2026							28			(347)	(3)
EDP-Energias do Brasil	Controladora	01/12/2015 a 31/12/2026											(304)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (b)													
EDP-Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2027							197			(2.680)	(1.005)
Royalties													
EDP Portugal	Controladora Indireta	Indeterminado					13.443					(7.751)	
			-	-	-	-	13.443	-	225	-		(10.778)	(1.675)
			348	1.669	126.772	22.980	230.179	385.645	13.393	227.233	(317.999)	(503.255)	(503.255)

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Porto do Pecém e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

9.1 Controladora direta

A controladora direta da Empresa é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2024	2023
Remuneração (a)	749	703
Benefícios de curto prazo (b)	31	54
Benefícios - Previdência Privada	37	31
Total	817	788

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

A Empresa celebra os contratos de comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, nas modalidades atacadista e varejista, de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentada pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Este perfil de agente fica responsável por toda operação de seus representados no mercado livre de energia, desde a migração para o ACL até a gestão de todos os procedimentos relacionados à sua operacionalização, entre eles modelagem, medição, contabilização, obrigações financeiras, entre outros.

Neste sentido, a Empresa também avalia seus contratos sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos destinam-se também a entrega da energia para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a Empresa passou a reconhecer de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros também são mensurados de acordo com os preços de referência de compra do dia, e os demais riscos são transferidos à EDP Trading, uma vez que ela sofre exposição ao mercado. Assim sendo, as margens da EDP Smart Energia são fixadas e sua exposição é mensurada pela EDP Trading através da utilização de curva de *forward* e descontada a valor presente pela taxa NTNB com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a marcação a mercado de Instrumento Financeiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida no montante de R\$6.588 (R\$33.162 em 2023) registrada no resultado do exercício de 2024.

A movimentação dos compromissos futuros é a seguinte:

	31/12/2023	AVP	Adição	Efeito exposição	Contrato encerrado	Parcela Realizada	31/12/2024
Compromissos futuros	100.649	9.027	35.163	6.543	(1.713)	(41.759)	107.910
PIS/COFINS Diferidos	(9.310)	(835)	(3.251)	(605)	158	3.863	(9.980)
Total	91.339	8.192	31.912	5.938	(1.555)	(37.896)	97.930
Ativo	739.733						461.071
Passivo	639.084						353.163
	100.649						107.908
Ativo - PIS/COFINS Diferido	59.115						32.668
Passivo - PIS/COFINS Diferido	68.425						42.649
	(9.310)						(9.981)

11 Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos			14		1
Outros			10		924
Total			24		-
Outras contas a pagar - Passivo					
Credores diversos - consumidores e concessionárias			601		427
Folha de pagamento			133		130
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9		13.443		225
Arrendamentos e aluguéis					149
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.1		1.356		1.170
Total			15.533		1.876
					295
					964

11.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****12 Imobilizado**

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Empresa efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, conforme demonstrado abaixo:

12.1 Composição do imobilizado

	Nota	31/12/2024			31/12/2023				
		Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
		Imobilizado em serviço							
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.1.1	7,64	1.037	(1.037)	-	7,64	1.037	(311)	726
Total Ativos de direito de uso			1.037	(1.037)	-		1.037	(311)	726
Imobilizado em curso									
Máquinas e equipamentos			81	-	81		-	-	-
Total do imobilizado em curso			81	-	81		-	-	-
Total do imobilizado			1.118	(1.037)	81		1.037	(311)	726

12.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos ao escritório administrativo da Empresa localizado em São Paulo.

12.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2023		Depreciações	Reversão (Nota 12.2.1)	Valor líquido 31/12/2024
	Ingressos				
Imobilizado em serviço					
Ativos de direito de uso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	726	-	(79)	(647)	-
Total Ativos de direito de uso	726	-	(79)	(647)	-
Imobilizado em curso					
Máquinas e equipamentos	-	81	-	-	81
Total do imobilizado em curso	-	81	-	-	81
Total do imobilizado	726	81	(79)	(647)	81

12.2.1 Reversão

A reversão é referente a transferência do contrato de locação da sede de São Paulo para sua controladora, devido a reestruturação do grupo EDP, mantendo o contrato só na locatária.

13 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do Intangível

	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
	Intangível em serviço							
Administração								
Software	20,00	219	(67)	152	20,00	132	(36)	96
Total do intangível em serviço		219	(67)	152		132	(36)	96
Intangível em curso								
Software		325	-	325		99	-	99
Total do intangível em curso		325	-	325		99	-	99
Total do intangível		544	(67)	477		231	(36)	195

13.2 Movimentação do intangível

	Valor líquido 31/12/2023		Transf. para Intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido 31/12/2024
	Ingressos (Nota 13.2.1)				
Intangível em serviço					
Software	96	-	87	(31)	152
Total do intangível em serviço	96	-	87	(31)	152
Intangível em curso					
Software	99	313	(87)	-	325
Total do Intangível em curso	99	313	(87)	-	325
Total do Intangível	195	313	-	(31)	477

13.2.1 Ingressos

O valor refere-se a gastos com desenvolvimento de soluções e plataformas de web com sistemas de negociação de energia.

14 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica	14.1	73.716	43.067
Operações CCEE	14.1	448	1.072
Materiais e serviços	14.2	742	5.380
Total		74.906	49.519

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

14.1 Suprimento de energia elétrica e Operações CCEE

A variação no exercício refere-se, principalmente, ao aumento no volume de energia comercializada no ACL. A Empresa tem realizado operações por meio de contratos de comercialização com clientes finais no ACL, aumentando assim a composição de sua carteira de clientes e contratos.

14.2 Materiais e serviços

A redução decorre do registro da provisão dos *royalties* sobre o uso da marca. Os valores referentes ao exercício de 2024 foram alocados na rubrica de partes relacionadas no grupo de outros (Nota 11), em 2023 a Empresa registrou em fornecedores.

15 Dividendos

Dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelos sócios; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Empresa, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pelos sócios; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação em ata.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em 30 de abril de 2024, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 31.682 da seguinte forma: (i) R\$1.584 como constituição de Reserva Legal; (ii) R\$4.024 como complemento aos dividendos obrigatórios; e (iii) R\$4.118 como JSCP, sendo R\$ 3.500 líquido de imposto de renda.

JSCP

Em 23 de dezembro de 2024, os sócios da Empresa aprovaram o crédito de JSCP do exercício de 2024 no montante bruto de R\$4.678, sendo R\$3.977 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Empresa em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação dos dividendos no exercício:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adicionais</u>	<u>JSCP</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2024</u>
EDP - Energias do Brasil	7.524	1.302	3.977	(7.524)	5.279
	<u>7.524</u>	<u>1.302</u>	<u>3.977</u>	<u>(7.524)</u>	<u>5.279</u>

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****16 Provisões**

	Nota	Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023
Provisões cíveis e trabalhistas	16.1	1	1
Total		1	1

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Empresa.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Outros	1	1
Total Não circulante	1	1

16.1.2 Risco de perda possível

	Nota	31/12/2024
Trabalhistas		26
Fiscais	16.1.2.1	396
Total		422

16.1.2.1 Fiscais

• Auto de Infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS sobre operações de venda de energia elétrica do período de 2021, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$396. A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

17 Patrimônio líquido**17.1 Capital social**

O Capital social em 31 de dezembro de 2024, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$54.704 (R\$23.704 em 31 de dezembro de 2023), composto de 54.704.068 (23.704.068 em 31 de dezembro de 2023) quotas ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

Foi aprovada em Alteração e Consolidação do Contrato Social - ACS, realizada em 30 de dezembro de 2024, o aumento do Capital social da Empresa no valor de R\$31.000 com emissão de 31.000 novas cotas.

A Empresa não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

17.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;

(iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada em ata aprovada pelos sócios.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Empresa, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro a ser destinado		
Lucro líquido apurado no exercício	21.114	31.682
Constituição da reserva legal - 5%		(1.584)
	21.114	30.098

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP	4.678	4.118
Dividendos Obrigatórios	1.302	4.024
Lucro do exercício a deliberar	15.134	
Reserva de lucros		21.956
	21.114	30.098

Dividendos por quota - R\$ - JSCP	86	174
Dividendos por quota - R\$ - Dividendos obrigatórios	24	170

17.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de lucros			
Legal		2.355	2.355
Retenção de lucros	17.3.1	10.741	41.741
Dividendo adicional proposto		15.134	
Total		28.230	44.096

17.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados na alteração do contrato social.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Empresa, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Empresa, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Empresa reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Comercialização

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Comercialização de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Empresa negocia no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Atualmente a Empresa negocia a energia com os clientes em duas modalidades: Atacadista e Varejista. Na modalidade atacadista o cliente se torna um agente CCEE e possui contrato bilateral com a comercializadora para o registro de energia. Já na modalidade Varejista, a comercializadora é responsável por representar o cliente junto à CCEE.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- **Compromissos futuros:** Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo: A receita é reconhecida pela mensuração do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia.

	Nota	2024	2023
Fornecimento - Faturado			
Energia de curto prazo	18.1	1.588	148
Comercialização de energia elétrica	18.2	1.035.475	667.903
Compromissos futuros - Marcação a Mercado	10	7.261	36.541
Outras receitas operacionais		6.605	4.928
Receita operacional bruta		1.050.929	709.520
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
ICMS		(125.539)	(81.041)
PIS/COFINS		(82.535)	(55.966)
ISS		(308)	(261)
		(208.382)	(137.268)
Receitas		842.547	572.252

18.1 Energia de curto prazo

A variação do saldo refere-se, substancialmente, à alteração no panorama geral dos preços de energia e na dinâmica de operação do mercado, que teve de se adaptar a um cenário de preços mais voláteis e de consequente, maior liquidez.

18.2 Comercialização de energia elétrica

A variação na rubrica refere-se, principalmente, ao aumento no volume de energia comercializada no Ambiente de Comercialização Livre. A Empresa tem realizado operações por meio de contratos de comercialização com clientes finais no ACL, aumentando assim a composição de sua carteira de clientes e contratos.

19 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Empresa classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Empresa.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2024				Total
		Custos		Despesas Operacionais		
		Com energia elétrica	De operação e produção	Com vendas	Gerais e administrativas	
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	790.175				790.175
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	19.2		6.674	3.135		9.809
Material			1	12		13
Serviços de terceiros	19.3		4.478		9.655	14.133
Depreciação - Ativos de direito de uso					79	79
Amortização					31	31
PECLD / perdas líquidas				1.210		1.210
Arrendamentos e aluguéis					66	66
Outras		434			135	569
Total		790.609	11.153	1.210	13.113	816.085

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2023				
		Custos		Despesas Operacionais		
		Com energia elétrica	De operação e produção	Com vendas	Gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	512.674			512.674	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	19.2		6.312	1.009	7.321	
Material			1	11	12	
Serviços de terceiros	19.3		2.657	5.252	7.909	
Depreciação - Ativos de direito de uso				83	83	
Amortização				36	36	
PECLD / perdas líquidas			454		454	
Arrendamentos e aluguéis			2	72	74	
Outras		188	345	214	747	
Total		512.862	9.317	454	6.677	529.310

19.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2024	2023
Energia de curto prazo		183	249
Encargo de Energia de Reserva - EER	19.1.1	12.150	11.384
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	19.1.2	1.963	831
Contratos de comercialização de energia	19.1.3	856.106	551.947
Outros		314	519
(-) Créditos de PIS/COFINS		(80.541)	(52.256)
		790.175	512.674

19.1.1 Encargo de Energia de Reserva - EER

A variação na rubrica refere-se ao aumento de contratos de comercialização de energia (Nota 18.2), como houve maior volume comercializado no mercado, a Empresa passou a pagar um valor maior de EER, uma vez que esse encargo é cobrado com base no volume de energia

19.1.2 Encargos de Serviço do Sistema - ESS

A variação na rubrica refere-se ao fato de que houve uma piora no cenário hidrológico, se comparado com exercício anterior. Nessa condição, o valor do ESS foi maior, pois houve mais necessidade de despacho de usinas térmicas, cuja energia apresenta um custo superior, para atender à carga de ponta do sistema, especialmente no segundo semestre do ano.

19.1.3 Contratos de comercialização de energia

A variação na rubrica refere-se, principalmente, ao aumento no volume de energia comercializada no Ambiente de Comercialização Livre. A Empresa tem realizado operações por meio de contratos de comercialização com clientes finais no ACL, aumentando assim a composição de sua carteira de clientes e contratos.

19.2 Pessoal e Administradores

	2024	2023
Pessoal		
Remuneração	4.910	3.424
Encargos	1.721	1.174
Previdência privada - Corrente	162	141
Despesas rescisórias	222	29
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	969	609
Outros benefícios - Corrente	1.127	909
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	5	2
Outros	28	73
	9.144	6.361
Administradores		
Honorários e encargos	704	753
Benefícios dos administradores	(39)	207
	665	960
	9.809	7.321

19.3 Serviços de terceiros

	Nota	2024	2023
Serviços de consultoria	19.3.1	9.295	5.554
Serviços comerciais	19.3.2	2.647	
Serviços de informática		390	299
Serviços de transporte		165	196
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria		117	24
Serviços Compartilhados		79	387
Outros		1.440	1.449
		14.133	7.909

19.3.1 Serviços de consultoria

A variação é decorrente de serviços com *royalties* sobre o uso da marca EDP, valor a ser pago para EDP Portugal.

19.3.2 Serviços comerciais

A variação é decorrente do aumento nos gastos com serviços de *call center*, em razão do maior volume de energia comercializada e da ampliação da base de clientes.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20 Resultado financeiro

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		2.638	2.456
Energia vendida			5
Juros e multa sobre tributos	6	499	121
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(193)	(229)
Outras receitas financeiras	20.1	886	770
		<u>3.830</u>	<u>3.123</u>
Despesas financeiras			
Juros e multa sobre tributos	6	(9)	(5)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1.1		(1)
Arrendamentos e aluguéis		116	(106)
Outras despesas financeiras	20.2	(1.098)	(31)
		<u>(991)</u>	<u>(143)</u>
Total		<u>2.839</u>	<u>2.980</u>

20.1 Outras receitas financeiras

O saldo refere-se à Selic aplicada sobre tributos e ao recebimento de juros, bem como ao faturamento proveniente da comercialização de energia.

20.2 Outras despesas financeiras

O saldo refere-se ao pagamento de multa relativa ao ICMS, à provisão para *royalties* e à variação cambial.

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

A Empresa optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	29.301	45.922
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(9.962)	(15.613)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Juros sobre o capital próprio	1.591	1.400
Outras	184	(27)
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(8.187)</u>	<u>(14.240)</u>
Alíquota efetiva	28%	31%

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Empresa é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Empresa não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado “básico” por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado “diluído” por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado “básico e diluído” por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	21.114	31.682
Média ponderada do número de cotas ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	54.704	23.704
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,38597</u>	<u>1,33657</u>

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

23.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Empresa:

	Nota	Nível	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	28.192	12.695	28.192	12.695
Contrato de compromisso futuro	10	Nível 2	461.072	739.733	461.072	739.733
			<u>489.264</u>	<u>752.428</u>	<u>489.264</u>	<u>752.428</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	2.463	1.601	2.463	1.601
Consumidores e concessionárias	5	Nível 2	82.292	49.638	82.292	49.638
Cauções	8	Nível 2	606	1.816	606	1.816
			<u>85.361</u>	<u>53.055</u>	<u>85.361</u>	<u>53.055</u>
Total			<u>574.625</u>	<u>805.483</u>	<u>574.625</u>	<u>805.483</u>
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Contrato de compromisso futuro	10	Nível 2	353.162	639.085	353.162	639.085
			<u>353.162</u>	<u>639.085</u>	<u>353.162</u>	<u>639.085</u>
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	74.906	49.519	74.906	49.519
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	13.668		13.668	
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2		905		920
			<u>88.574</u>	<u>50.424</u>	<u>88.574</u>	<u>50.439</u>
Total			<u>441.736</u>	<u>689.509</u>	<u>441.736</u>	<u>689.524</u>

23.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Empresa possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Empresa desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

23.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Empresa também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Empresa desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Empresa.

23.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Empresa projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Empresa que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente; e
- (ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



23.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo, quando aplicável, regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

23.1.2.2 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos na Empresa refere-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. A Empresa não efetua transação de caráter especulativa em instrumentos derivativos no exercício.

23.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios do Empresa. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP – Energias de Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

23.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Deve-se considerar que a Empresa está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Empresa não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

23.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	9.958	750	-	750	181	360	(184)	(370)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	18.234	186	-	186	43	86	(45)	(90)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	606	7	-	7	2	3	(2)	(3)
Instrumentos financeiros ativos		28.798	943	-	943	226	449	(231)	(463)
Compromissos futuros	PLD	461.072	461.072	451.705	912.777	461.072	3.297	9.951	(5.188)
Instrumentos financeiros passivos	PLD	461.072	461.072	451.705	912.777	461.072	3.297	9.951	(5.188)
Compromissos futuros	PLD	(353.162)	(353.162)	(346.869)	(700.031)	(353.088)	(8.119)	(14.773)	10.010
Instrumentos financeiros derivativos	PLD	(353.162)	(353.162)	(346.869)	(700.031)	(353.088)	(8.119)	(14.773)	10.010
		107.910	107.910	104.836	212.746	107.984	(4.822)	(4.822)	4.822

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Empresa. O CDI apresentou intervalos entre 20,72% e 4,47% a.a.

Para a análise de sensibilidade do PLD da Companhia, são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas forward de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).

23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Consumidores e Concessionárias (Nota 5). A Empresa em 31 de dezembro de 2024 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e, quando aplicável, Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Empresa também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Empresa espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2024					31/12/2023		
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos Financeiros								
Fornecedores	8	1	74.897				74.906	49.519
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			13.443	225			13.668	-
Arrendamentos e aluguéis								920
Compromisso futuro	37.577	57.626	101.322	187.412	543	(31.318)	353.162	639.085
	37.585	57.627	189.662	187.637	543	(31.318)	441.736	689.524

23.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Consumidores e Concessionárias**

A Empresa possui uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de rating de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de default. Para cada rating de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o rating da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras.

Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• **Caixa, Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Empresa, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Empresa, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Empresa opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todas as aplicações financeiras da Empresa e de suas controladas encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas, quando aplicável, não expõem a Empresa a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

23.2.4 Risco Operacional

O risco operacional da Empresa tem relação com os eventuais danos que possam ser causados em seus bens, quando do arrendamento operacional e, no financeiro, durante o prazo do contrato. Essas possíveis avarias gerariam impactos financeiros para a Empresa. O risco de inadimplemento também é operacional uma vez que pode afetar o cumprimento do próprio contrato.

Para tanto, a Empresa, em seus contratos, apresenta cláusulas de garantias e/ou seguros cobrindo eventuais riscos operacionais, bem como multas compensatórias, além de contratação paralela de Operação e Manutenção pelo grupo EDP – Energias do Brasil.

Adicionalmente, a Administração da Empresa possui seguros de Responsabilidade Civil Geral contratados pelo Grupo EDP – Energias do Brasil, com cobertura em caso de danos aos ativos (Nota 26).

23.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2024	31/12/2023
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(30.655)	(14.296)
(-) Cauções	(606)	(1.816)
Dívida líquida	(31.261)	(16.112)
Total do Patrimônio Líquido	82.934	67.800
Total do capital	51.673	51.688
Índice de alavancagem financeira - %	-60,50%	-31,17%

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



2024					
Efeito não caixa					
Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2024
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	15	7.524	(7.524)	5.279	5.279
Arrendamentos e aluguéis		920	(157)	(647)	-
Capital social	17.1	23.704		31.000	54.704
		32.148	(7.681)	35.632	59.983
2023					
Efeito não caixa					
	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos		1.171	(15.171)	21.524	7.524
Arrendamentos e aluguéis		2.475	(165)	106	920
Capital social		20.556		3.148	23.704
		24.202	(15.336)	23.176	32.148

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2024	2023
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	5.279	21.524
Aumento de capital com integralização de AFAC	31.000	-
Reversão de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	(647)	(1.496)
Total	35.632	20.028

25 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2024 a Empresa apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Empresa, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Empresa.

	31/12/2024			31/12/2023	
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	Total geral	Total geral
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	7.463	6.738	21	14.222	11.261
	7.463	6.738	21	14.222	11.261

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2024, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2024			31/12/2023	
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	Total geral	Total geral
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	7.128	7.941	29	15.098	11.680
	7.128	7.941	29	15.098	11.680

26 Cobertura de seguros

A Empresa mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de vida	6.595	(*)	5.910	(*)

(*) Na Empresa, o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Empresa, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

(i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$6.000; e

(ii) Responsabilidade civil - Engenharia para os projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$10.000.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Empresa, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$150.000; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.611.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



* * *

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor-Presidente

Andre Renno Oliveira Costa
Diretor

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

Diogo Franzon Baraban
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor - Accounting SA

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador - CRC 1SP176534/O-5

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 792E2C63-D9CB-4143-A9F6-1D3BFF2EF184

Status: Concluído

Assunto: EDP - 31.12.2024 - EDP Smart Energia

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 28

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Debora Silva

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

debora.silva@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.42

Rastreamento de registros

Status: Original

25 de fevereiro de 2025 | 10:32

Portador: Debora Silva

debora.silva@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

25 de fevereiro de 2025 | 15:08

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Adriano Formosinho Correia

adriano.correia@pwc.com

Sócio

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

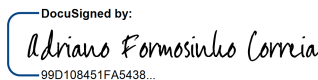
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 25 de fevereiro de 2022 | 21:45

ID: 4a676164-8029-488e-ba04-8e55a616033c

Nome da empresa: PwC

Assinatura

DocuSigned by:

99D108451FA5438...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 201.56.164.188

Registro de hora e data

Enviado: 25 de fevereiro de 2025 | 15:00

Visualizado: 25 de fevereiro de 2025 | 15:06

Assinado: 25 de fevereiro de 2025 | 15:08

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Debora Silva

debora.silva@pwc.com

Gerente

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Copiado

Enviado: 25 de fevereiro de 2025 | 15:08

Visualizado: 25 de fevereiro de 2025 | 15:08

Assinado: 25 de fevereiro de 2025 | 15:08

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	25 de fevereiro de 2025 15:00
Entrega certificada	Segurança verificada	25 de fevereiro de 2025 15:06
Assinatura concluída	Segurança verificada	25 de fevereiro de 2025 15:08
Concluído	Segurança verificada	25 de fevereiro de 2025 15:08

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.